NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 15/Dez

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2689/2021

RIO GRANDE DO NORTE

Sindsegur notifica Megafortes sobre atraso de salário e vale alimentação nos Parques Eólicos

O papel do sindicato é defender o trabalhador, diariamente a direção do Sindsegur está notificando e denunciando empresas que descumprem direitos trabalhistas e cobrando que as mesmas assumam as suas responsabilidades com os vigilantes.

Por isso, nesta terça-feira, 14 de dezembro, representantes do Sindsegur notificaram a empresa Megafortes pelo atraso de salário do mês de novembro e Vale alimentação do mês de dezembro dos vigilantes do Parque Eólico – Elastri Engenharia S.A.

Além disso, a diretoria do nosso sindicato também notificou a referida empresa sobre o atraso no salário do mês de novembro, primeira parcela do décimo terceiro e três meses de vale alimentação dos trabalhadores (outubro, novembro, dezembro) do Parque Eólico – Asa Branca em João Câmara.

A diretoria do nosso sindicato vai continuar combatendo, dia-a-dia, toda e qualquer forma de abuso praticado pelos patrões contra os vigilantes patrimoniais no RN. A luta por respeito, que inclui o cumprimento da CCT, é uma tarefa permanente do SINDSEGUR junto com a categoria.

FONTE: sindsegur

Combate às fake news é uma das prioridades da CUT para 2022

Brigadas digitais, projeto da Central, prepara sindicalistas e militantes para participar ativamente da disputa pela informação apurada, correta que não engana a sociedade, em defesa da verdade dos fatos

O combate às fake news, que podem levar à morte como de no caso da desinformação sobre a pandemia e campanhas de vacinação e prevenção contra a Covid-19, destruir honras ou eleger candidatos que atacam os direitos sociais e trabalhistas, entre tantas coisas negativas, é pauta na Câmara dos Deputados e prioridade da CUT para 2022.

Na semana passada os deputados deram um importante passo no combate à disseminação de notícias falsas, as 'fake news'. O Grupo de Trabalho sobre regulação da internet aprovou parecer do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) sobre o projeto.

Já a Central deu início, no segundo semestre deste ano, ao projeto Brigadas Digitais da CUT, que está formando uma rede de militantes em todo o país cuja tarefa será combater os discursos abusivos, distorcidos e mentirosos, característicos do presidente Jair Bolsonaro (PL) seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro e o vereador Carlos Bolsonaro, além dos apoiadores da família, com fatos, números e outros meio de comprovação da verdade.

Todo esse esforço para combater as fakes news tem uma forte razão. As notícias falsas foram o instrumento usado por Bolsonaro antes e durante as eleições de 2018 e depois de ser eleito. A ideia principal era desestabilizar o país e se mostrar como caminho para 'recolocar o Brasil em ordem'. Mas o que os brasileiros vivenciam hoje são dificuldades com as altas taxas de desemprego, juros e inflação e o país a caminho da recessão.

Por trás do objetivo principal – eleger Bolsonaro – sempre esteve o projeto de abrir caminho para o avanço do fascismo e do

conservadorismo como pilares da sociedade brasileira. A consequência para os brasileiros, neste caso, é o aumento do ódio, da intolerância, do preconceito e desprezo pela vida do outro.

Por tudo isso, a base da proposta que tramita na Câmara é de criminalização das de notícias falsas. O tema já foi aprovado pelo Senado em 2020, mas agora foi ampliado com regras para provedores de redes sociais, ferramentas de busca e de serviços de mensageria instantânea por meio da internet. Um dos pontos aprovados é o de que as empresas terão de "informar os usuários na mesma proporção de alcance do conteúdo considerado inadequado".

Paralelamente, a CUT prepara sindicalistas e trabalhadores para combater as notícias falsas que subsidiam a linha ideológica da extrema direita brasileira, que contribuem para destruir, pelo menos em parte, a empatia, a humanidade e a solidariedade tão características do povo brasileiro.

As brigadas são, portanto, um instrumento estratégico para a classe trabalhadora ocupar as redes sociais e fortalecer a pressão em defesa das pautas e lutas dos movimentos sindical e sociais, da solidariedade e do amor ao próximo, seja ele quem for. Pensar, produzir e disseminar conteúdos, tendo como referência o projeto político defendido pela Central em seus territórios de atuação, como o local de trabalho, a escola, a igreja, a comunidade, o sindicato, os territórios quilombolas e indígenas, entre outros, é tarefa das Brigadas.

E a defesa de nossas pautas passa pelo combate às mentiras livremente disseminadas por Bolsonaro, sob a alegação de "liberdade de expressão".

Fake news

O resultado desta tragédia organizada pelo atual presidente e seus apoiadores – de disseminar notícias falsas, enganando a população sobretudo sobre ações exitosas dos adversários políticos, é latente.

Para constatar o retrocesso em que o Brasil foi afundado – resultado do governo de Bolsonaro – basta ver os números da economia, da inflação, a fome, o desemprego, o aumento da violência, da desigualdade, ao mesmo tempo em que crescem as perseguições a segmentos vulneráveis como mulheres, à população negra, LGBTQIA+, indígenas, Pessoas com deficiência e, sobretudo aos trabalhadores e trabalhadoras mais pobres, das periferias.

Traçando um paralelo com a história, assim como a Alemanha nazista de Hitler elegeu judeus e outros segmentos como estorvos para a evolução da raça ariana, para o governo Bolsonaro, os brasileiros aqui citados são uma espécie de inimigos de uma sociedade branca, escravocrata, machista, misógina, preconceituosa e violenta que após anos de avanços em democracia e justiça social planeja se perpetuar no poder.

São esses brasileiros, os perseguidos por Bolsonaro, que estão morrendo de fome, pela violência do Estado e pela pandemia do coronavírus.

Resistência

O projeto Brigadas Digitais da CUT é uma resposta à ofensiva da direita, em especial nas redes sociais, para formar e informar cidadão e cidadãs brasileiras sobre a real ameaça que vivemos – do fascismo construído pelo atual governo. É abrir os olhos do povo brasileiro por meio de uma estratégia que contará com mais de 60 mil brigadistas, ou seja, comunicadores, em todo o pais.

"O consenso entre os vários idealizadores deste projeto é o de que somente com uma rede de comunicação forte é possível enfrentar e promover mudanças. E é isto que estamos fazendo para enfrentar o fascismo. É a nossa luta contra a destruição do país", diz Roni Barbosa, secretário de Comunicação da CUT Brasil.

Nos últimos meses a CUT realizou os "mutirões Brigadas Digitais", fase de formação dos brigadistas – os comunicadores – que estarão na linha de frente da batalha para enfrentar o inimigo no ano que vem. Eles aprenderam nesta etapa, por exemplo, como combater as fake news, além de formas de conscientização da sociedade sobre a necessidade de se eleger representantes que defendam, de fato, os interesses da classe trabalhadora e do povo mais pobre deste país.

Em 2022, este exército estará em campo, na luta por uma sociedade melhor. "É ação para derrotarmos os inimigos da classe trabalhadora e contamos, para isso, com o compromisso de todo movimento sindical CUTista, com empenho, criatividade e disciplina de cada um", diz Rosane Bertotti, secretária de Formação da CUT Brasil, se referindo à próxima fase do projeto.

Fonte: André Acarini com edição de Marize Muniz – CUT Brasil

Bolsonaro e Guedes favorecem os ricos e prejudicam trabalhadores, diz pesquisa

Levantamento do ICL, do economista Eduardo Moreira, também mostra o combate à pobreza e o enfrentamento à pandemia como os principais destaques negativos do governo

Guedes também é apontado pela maioria como incompetente e corrupto, além de ser controlado pelos bancos

Para ampla maioria da população brasileira, as políticas econômicas do governo de Jair Bolsonaro, ao lado do ministro Paulo Guedes, favoreceram (muito ou um pouco) grandes empresários (69%) e banqueiros (68%). Por outro lado, mais da metade (51%) também afirmou que a atual gestão é prejudicial aos trabalhadores. Os números fazem parte de uma prévia da pesquisa "Conjuntura Política e corrupção financeira", realizada pelo Instituto Conhecimento Liberta (ICL), fundado pelo economista Eduardo Moreira, e divulgada nesta segunda (13).

Coordenado pelo sociólogo Jessé Souza, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a pesquisa ouviu 2.685 pessoas, entre 10 e 26 de novembro. Sobre as condições econômicas, 86% disseram que o país vive uma crise. Destes, quando perguntados sobre quem ganha com a crise econômica dos últimos anos, "políticos e "pessoas mais ricas" lideram a lista, ambos com (63%).

Na sequência, aparecem "pessoas que mantêm dinheiro fora do país" (52%), "bancos" (44%), "grandes empresas" (39%) e "empresários" (36%). Na contramão, por quase

unanimidade, nove em cada 10 entrevistados (90%) disseram que a população mais pobre perdeu com a crise.

"Sabe que a população brasileira inteira está sofrendo os efeitos da desigualdade, da pobreza e da fome. Mas a maior parte dessa população tem cor: é o povo preto e periférico", disse Moreira, que comentou os resultados iniciais da pesquisa em uma live do ICL.

"Esse governo foi eleito para atender aos interesses do grande capital nacional e internacional. Absolutamente tudo o que fizeram desde o primeiro dia de mandato foi exatamente atender a esses interesses da burguesia rural, das poucas famílias que controlam o sistema financeiro, e das petroleiras norte-americanas", criticou o jurista e doutor pela Universidade de Harvard Adilson José Moreira, que também participou da discussão.

Destaques negativos

A redução da pobreza/das desigualdade (44%) também aparece no topo da lista dos destaques negativos de Bolsonaro e Guedes . O combate à pandemia (44%) também divide o topo entre as áreas que a atual gestão tem o seu pior desempenho, de acordo com os entrevistados. Logo abaixo vem saúde pública em geral (43%), seguido pela melhoria das condições de vida em geral (40%).

Também foram citadas negativamente, dentre outras, a áreas preservação do meio ambiente (39%), gestão econômica (38%) e imagem do Brasil no exterior (37%). Para 43%, não há aspectos positivos e dignos de elogio. Por outro lado, 28% citam o combate à corrupção como ponto alto da atual gestão.

Paulo Guedes

Além da política econômica do governo Bolsonaro, a pesquisa também traz perguntas específicas sobre o ministro da Economia, Paulo Guedes. Nesse sentido, 61% disseram que "conhecem um pouco/já ouvir falar do ministro. Outros 27% dizem que "conhecem bem" o "Posto Ipiranga", como Bolsonaro se refere ao seu principal assessor econômico.

Entre esses dois grupos, Guedes é avaliado como "ruim" (18%) ou péssimo (23%) por cerca de quatro em cada 10 brasileiros (41%). Outros 23%, no entanto, dizem que a atuação do ministro é ótima (8%) ou boa (15%).

Além disso, seis em cada 10 entrevistados afirmaram que Guedes atua em favor dos bancos. Além disso, 57% afirmam que o ministro da Economia é controlado pelos bancos privados, contra 24% que dizem que ele tem o controle sobre essas instituições. Ademais, ele também é visto como incompetente (52%) e corrupto (50%) por pelo menos metade da população. Consideram-no competente (31%) e honesto (30%) menos de um terço do total.

Pandora Papers e desvio de dinheiro

Mais da metade dos entrevistados também disse que bem (13%) ou um pouco/já ouviu falar (41%) do escândalo de evasão de divisas conhecido como Pandora Papers. Os demais receberam um texto informativo sobre o caso. Uma investigação conjunta de 151 veículos de comunicação, em mais de uma centena de países, revelou, em outubro, que líderes mundiais, empresários e celebridades mantêm contas em paraísos fiscais. Guedes é um dos brasileiros que aparecem na lista como detentores de contas offshore no exterior.

Após serem devidamente informados, 80% dos entrevistados concordaram que "o envio de dinheiro dos mais ricos para paraísos fiscais prejudica o Brasil porque faz com que menos impostos sejam arrecadados aqui". Nesse sentido, cerca de três em cada quatro também consideraram "eticamente inaceitável" que um gestor mantenha recursos em paraísos fiscais, mesmo que a prática não seja considerada ilegal.

FONTE: RBA - Tiago Pereira

Atenção empresas e funcionários! O que muda com Burnout sendo doença de trabalho?

O Stress motivado pela sobrecarga de trabalho vira motivo de avaliação na Organização Mundial da Saúde (OMS). Nessa semana, foi informado que a síndrome de Burnout agora vai integrar a lista de doenças motivadas pelo estresse crônico de um trabalho mal administrado. Isso implica dizer que os contratantes podem ser responsabilizados pelo caso.

Há anos se fala sobre a síndrome de burnout e seus impactos na vida dos trabalhadores. Ela é considerada um tipo de doença clínica psicológica que se desencadeia a partir de um grande índice de stress, em sua grande maioria das vezes motivados pelo trabalho.

Devido ao crescimento dos casos, principalmente após a pandemia da covid-19, a OMS informou que a partir do dia 1 de janeiro de 2022 o burnout será tratado de forma diferente, sendo cobrado da empresa para a redução dos casos.

De acordo com o texto da OMS, a doença foi instituída como "estresse crônico de trabalho que não foi administrado com sucesso". Até então, ela era considera ainda como um problema na saúde mental e um quadro psiquiátrico.

Quais os sintomas do Burnout?

- sensação de esgotamento
- cinismo ou sentimentos negativos relacionados a seu trabalho
- eficácia profissional reduzida

O que muda no mercado de trabalho?

Com tal informação, os empregadores agora devem ficar cada vez mais atentos e reforçar seu time de gestão de pessoas. É preciso manter uma equipe equilibrada, com divisão de tarefas e sem sobrecarga.

Quanto maior a exigência, menor a produtividade e consequentemente a perda dos profissionais. É válido ressaltar que a doença agora pode ganhar ação na justiça, reverberando em indenizações

Em entrevista ao exame, Rui Brandão, médico e fundador do Zenklub, as empresas devem atuar com maior atenção para questões que envolvem a saúde mental de seus colaboradores.

"É necessário trazer elementos para que todos consigam ter consciência mais rápido e prevenir", diz.

O médico, PhD e professor da Fundação Dom Cabral, Roberto Aylmer, afirmou que a mudança da classificação deve gerar um efeito imediato, reduzindo a cobrança entre os profissionais. Desse modo, espera-se um mercado de trabalho mais saudável ao longo de todo o próximo ano, reduzindo os stress da jornada.

"É claro quando colocam como uma doença relacionada ao trabalho, e não ao trabalhador. O estresse mal administrado se torna um problema crônico relacionado ao local de trabalho e problemas de gestão da empresa", afirmou para o exame.

Fonte: FDR - EDUARDA ANDRADE

Estudo do governo propõe fim da multa do FGTS e liberar trabalho todo domingo

A última reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) completou quatro anos no último dia 11 de novembro deste ano. O conjunto de mudanças na CLT promovido pelo governo de Michel Temer suscitou intenso debate jurídico e muitas questões judicializadas ainda serão discutidas pelo Supremo Tribunal Federal. Diante desse cenário, a notícia de que o governo de Jair Bolsonaro (PL) estuda promover novas alterações no regramento trabalhista divide opiniões.

Com pontos da última reforma ainda em análise no Supremo Tribunal Federal, a notícia de que novas mudanças são estudadas pelo governo divide opiniões
Valdecir Galor/SMCS

No centro do debate está um estudo elaborado pelo Grupo de Altos Estudos do Trabalho. O Gaet foi dividido em quatro partes para elaborar propostas sobre economia e trabalho; Direito do Trabalho e segurança jurídica; trabalho e previdência e liberdade sindical.

O eixo dedicado a estudar propostas relacionadas aos direitos trabalhistas, por exemplo, é liderado por Ives Gandra Filho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho. O voltado a elaborar mudanças sobre economia do trabalho é encabeçado pelo economista Ricardo Paes de Barros.

O resultado do trabalho desses especialistas é um documento de 262 páginas. O estudo propõe 330 alterações em dispositivos da CLT que vão desde a inclusão de 110 regras, a alteração de 180 e a revogação de 40 delas. Um dos pontos mais sensíveis regula o trabalho via aplicativos de economia compartilhada. O grupo defende que o artigo 3º da CLT determine expressamente que essa modalidade de serviço prestado entre trabalhador e empresas de tecnologia não constitui vínculo empregatício.

A regulação do trabalho no âmbito da gig economy, ou economia de "bicos" representa um desafio regulatório e, no Brasil, é tema de controvérsia jurisprudencial. A determinação proposta pelo Gaet visa disciplinar a questão. Segundo os estudiosos, ainda não existe em nosso ordenamento jurídico nenhuma norma que verse expressamente sobre o tema.

"É importante ter em mente um aspecto relevante no cenário onde essa intermediação entre consumidores e prestadores de serviço for desempenhado apenas por empresas privadas. Essas empresas tendem a ser remuneradas por uma parcela do que o cliente paga ao prestador de serviço. Quanto maior o poder de mercado das empresas que fazem a intermediação maior tende a ser essa parcela. Logo, o estímulo a um ambiente de concorrência entre essas empresas tende a ser uma ação do governo que protegeria o trabalhador que presta serviços por conta própria via intermediação privada", diz trecho do documento.

Outro ponto polêmico é sugestão de alteração do artigo 67 da CLT para determinar que "não há vedação ao trabalho em domingos, desde que ao menos uma folga a cada sete semanas do empregado recaia nesse dia".

Conforme o regramento atual, para se trabalhar aos domingos, é preciso estar na estar na lista de atividades autorizadas pela Secretaria Especial do Trabalho ou possuir

autorização de entidade sindical, mediante convenção ou acordo coletivo. Também é necessário que, em atividades comerciais, o trabalho aos domingos não viole legislações municipais. Isso, conforme o Gaet, serve como uma barreira injustificada ao trabalho aos domingos.

"Certo é que em uma sociedade digital em crescente movimento, cada vez mais, as pessoas esperam que as empresas atendam suas expectativas de bem-estar, moldando seus serviços e horários de atendimento às suas necessidades", diz trecho da justificativa.

FGTS e seguro desemprego

Outra mudança proposta é o fim do pagamento de multa rescisória para o trabalhador e a criação de um fundo único composto pelo FGTS e o seguro-desemprego. Ao invés do seguro ser pago após a demissão, os recursos passariam a ser depositados ao longo dos primeiros 30 meses de trabalho do empregado.

Os trabalhadores que recebem um salário-mínimo teriam que contribuir com 16% do valor recebido, o dobro da contribuição exigida dos empregadores para o FGTS. "Esse subsídio púbico, entretanto, deve ser focalizado, de tal forma que seu valor deve variar inversamente com o nível da remuneração recebida pelo trabalhador. A focalização, novamente, faz com que os subsídios públicos beneficiem exclusivamente os trabalhadores em situação mais vulnerável contribuindo, dessa forma, para a redução na desigualdade de renda", justificam os especialistas.

Segurança jurídica

Determinação expressa de que não há vínculo empregatício entre trabalhadores e empresas de aplicativa visa disciplinar controvérsia jurisprudencial sobre o tema
Reprodução/IFood

Advogados divergem quanto à garantia de segurança jurídica das normas propostas. O Para o advogado Cláudio Lima Filho, especialista em Direito Trabalhista e sócio do escritório Dias, Lima e Cruz Advocacia, o estudo apresenta pontos importantes para o empresariado brasileiro.

"A proibição do reconhecimento de vínculo de prestadores de serviço de aplicativos acaba dando segurança jurídica aos aplicativos, aumentando o faturamento e consequentemente a aderência de novos prestadores desse tipo de serviço", explica o advogado.

Cláudio ressalta que essa reforma não impede que o prestador de serviço ajuíze uma ação trabalhista demonstrando a existência de vínculo empregatício. "Este ponto do estudo só desestimula o ajuizamento de ações, mas não impede que elas aconteçam e muito menos de que elas sejam indeferidas, se os requisitos trabalhistas foram demonstrados", completa.

Já o advogado Pedro Maciel, sócio da Advocacia Maciel, o conjunto de propostas da nova reforma trabalhista causaria muita revolta nos trabalhadores ao permitir que a folga aos domingos ocorra apenas uma vez a cada sete semanas.

"Seria um grande retrocesso da legislação, estaria se minorando a remuneração dos trabalhadores frente a um dia que é tido como de descanso. Dessa forma, a referida medida pode vir a ocasionar uma grande mudança na própria vida social do trabalhador", declarou.

Com relação à ausência de vínculo de motorista por aplicativo, o advogado declara que é uma mudança muito sensível. "Há diversos tipos de aplicativos com diversas funções em sua organização. Generalizar este aplicativo seria tentar acabar com a insegurança jurídica que é caracterizada pela incerteza acerca do vínculo empregatício de forma preguiçosa, sem uma correta análise do caso."

O advogado acredita que uma medida mais acertada seria criar uma espécie de regulamentação especial para este tipo de trabalhador, e não só os equiparar a autônomos, pois eles têm uma característica que não se enquadra em nenhuma forma de contratação presente na CLT.

https://dfinformatica.net/cntv/arquivos/1639579900.5763-arquivo.pdf

Fonte: CONJUR

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF